# DIÁLOGOS ENTRE GEOGRAFIA E AGROECOLOGIA: REFLEXÕES SOBRE TERRITÓRIO, DESENVOLVIMENTO E COLONIALIDADE

*DIALOGUE BETWEEN GEOGRAPHY AND AGROECOLOGY: REFLECTIONS ON TERRITORY, DEVELOPMENT AND COLONIALITY*

*DIÁLOGOS ENTRE GEOGRAFÍA Y AGROECOLOGÍA: REFLEXIONES SOBRE TERRITORIO, DESARROLLO Y COLONIALIDAD*

**ANTONIELLE PINHEIRO DA CUNHA**

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: antoniellep@yahoo.com.br

* Artigo publicado em março de 2017.

**Resumo**: Por meio da reflexão das análises geográficas sobre os conceitos de território e desenvolvimento, apontam-se contribuições para o estabelecimento de diálogo com as perspectivas da agroecologia. Este artigo tem como base a revisão da literatura de abordagens específicas sobre o território e o desenvolvimento que nos ajudam a compreender estas categorias para além de sua visão limitada no âmbito do Estado e das políticas públicas, como o desenvolvimento territorial rural ou a promoção do desenvolvimento sustentável. A problematização desses conceitos e sua contextualização a partir de leituras sobre a noção de sistema-mundo e da colonialidade do poder e do saber apontam desafios postos para a agroecologia, na realização do diálogo de saberes entre conhecimentos científicos e tradicionais e na luta pela sua ampliação como prática, ciência e movimento. Avaliamos que a noção de desenvolvimento se tornou insuficiente e anacrônica para se colocar como síntese ou objetivo dos complexos processos que envolvem as práticas e conhecimentos agroecológicos..
**Palavras-chaves**: território, desenvolvimento, diálogo de saberes, agroecologia, colonialidade.

**Abstract**: Through reflection of geographical analyzes of the concepts of territory and development are pointed contributions to the establishment of dialogue with some perspectives of agroecology. The article is based on the review of the specific approaches over the territory and development that help us understand these categories beyond their limited vision in the context of the State and public policies, such as rural territorial development or to promotion of sustainable development. The questioning and contextualization of these concepts with the readings on world-system and coloniality of power and knowledge point challenges posed to agroecology, in making the dialogue of knowledge between scientific and traditional knowledge and in the struggle for its expansion as a practice, science and movement. We evaluate that the notion of development has become inadequate and anachronistic to becoming synthesis or objective of the complex processes that involve agroecological practices and knowledge.
**Keywords**: territoriality, development, dialogue of knowledge, agroecology, coloniality.

**Resumen:** A través de una reflexión de los análisis geográficos sobre los conceptos de territorio y desarrollo se apuntan contribuciones para el establecimiento de un diálogo con las perspectivas del agroecología. Este estudio tiene como base la revisión de acercamientos específicos sobre el territorio y el desarrollo que nos ayudan a comprender estas categorías más allá de su visión limitada al ámbito del Estado y las políticas públicas, como el desarrollo territorial rural o la promoción del desarrollo sostenible. La problematización de estos conceptos y su contextualización a partir de lecturas sobre el de sistema-mundo y la colonialidad del poder y del saber apuntan desafíos para la agroecología, en la realización de diálogos de saberes entre conocimientos científicos y tradicionales y en la lucha por su ampliación como práctica, ciencia y movimiento. Consideramos que la noción de desarrollo se ha tornado insuficiente y anacrónica para colocarse como síntesis u objetivo de los complejos procesos que envuelven las prácticas y los conocimientos agroecológicos.
**Palavras-clave:** territorio, desarrollo, diálogo de saberes, agroecología, colonialidad.

## INTRODUÇÃO

A partir de nossas investigações sobre territorializações de experiências de transição agroecológica (CUNHA, 2012), sentimos a necessidade de refletir sobre as concepções de território e desenvolvimento, a fim de dialogar com o conhecimento produzido no âmbito da agroecologia. Seja no campo das ciências agrárias ou geográficas, a produção de conhecimento esteve historicamente vinculada às lógicas de colonialidade do saber por partir de uma visão eurocêntrica de interpretação e intervenção no mundo.

Deste modo, temos como objetivo apresentar, a partir do debate dos conceitos de território e desenvolvimento, contribuições para as análises geográficas e o estabelecimento de diálogo com as perspectivas da agroecologia. A realização deste estudo teve base na revisão da literatura referente a território, desenvolvimento e colonialidade, destacando abordagens específicas que nos ajudaram a compreender estas categorias para além de sua visão limitada no âmbito das políticas públicas.

Consideramos que pensar a colonialidade foi uma base importante para situar criticamente nossa visão. Entendemos que nosso *locus* de enunciação sobre o território surgiu a partir das leituras de matrizes europeias do pensamento, principalmente das geografias alemã e francesa, enquanto que nosso debate sobre desenvolvimento envolveu a contraposição de ideias de autores do pós-desenvolvimento com os debates no âmbito científico da agroecologia. Nosso pequeno exercício de descolonização apontou as contradições das visões sobre desenvolvimento e território, no âmbito de políticas públicas, destacando trabalhos importantes que questionam a categoria de desenvolvimento em suas modalidades territorial e sustentável.

A construção de nosso estudo se iniciou com abordagens das noções de sistema-mundo e de colonialidade do poder e do saber, para, posteriormente, mostrar como as perspectivas agroecológicas dialogam com esses debates.

Situamos o conceito de território a partir da noção clássica de Friedrich Ratzel (1990) para problematizarmos as visões sobre como o monopólio do poder pelo Estado-Nação invisibilizou as formas de lutas contrárias às territorializações da agricultura moderna. O debate prossegue com uma breve apresentação das contribuições de Henri Lefebvre (1991, 2008), Claude Raffestin (1993), Rogério Haesbaert (2011) e Marcos Saquet (2010) para pensarmos o território na atualidade, na perspectiva da multidimensionalidade das relações de poder.

A partir da exposição sobre a agroecologia como prática, ciência e movimento, apontamos seus pontos de interseção com os debates da colonialidade, da abordagem territorial e do desenvolvimento. Trouxemos, a partir de estudos como os de Montenegro Gomez (2007), Juliano Geraldi (2012) e Alexandrina Conceição (2004), as críticas ao reducionismo das propostas de desenvolvimento territorial rural e desenvolvimento sustentável.

Segundo os resultados deste estudo, observou-se que os processos modernização da agricultura deixam claro suas conseqüências sobre a devastação dos agroecossistemas e a incapacidade da agricultura convencional de enfrentar as crises que ela mesma colabora para criar. Com isso, abre-se campo para que a agroecologia se construa como uma alternativa consistente, na qual mudanças de valores ambientais e sociais estejam na base dos processos de transição agroecológica. Isso não sem contradições como a busca por novas epistemes e o reforço aos conceitos dos processos de modernização como desenvolvimento e algumas acepções de território.

Indicamos, assim, que a crítica do desenvolvimento e a compreensão do território, com foco na multidimensionalidade das relações de poder, abrem caminho para o exercício de descolonização. A descolonização envolve diálogos de saberes que consolidam a construção dos processos de pesquisa junto com os sujeitos que praticam a agroecologia, em vez do enquadramento de suas atividades numa perspectiva de desenvolvimento que não

fortalece as lutas por autonomia, nos planos epistêmicos e políticos.

## Reflexões sobre ciência e colonialidade

As visões dicotômicas entre sociedade e natureza e as contradições dos sistemas de valores, expressados na sociedade contemporânea são influências dos fenômenos da colonização e exploração da sociedade e da natureza, nas Américas, África e Ásia. Estas dicotomias e contradições tiveram suas origens reforçadas a partir da Revolução Científica, que influenciou o pensamento ocidental moderno e o surgimento da ciência moderna com uma visão mecanicista do mundo. A natureza passou a ser vista e manejada como máquina, fonte inesgotável de recursos, em contraposição às visões orgânicas que prevaleciam anteriormente, nas quais a vida humana não se distanciava da natureza (SATHOURIS, 1998).

A colonização europeia sobre outros continentes se deu com base na centralização do poder, na realização de ações e na criação de discursos de justificativa ao paradigma civilizatório. O controle local das comunidades sobre as relações ecológicas e sociais dos sistemas agrários foi brutalmente oprimido. A substituição dos mitos e da imaginação pela racionalidade utilitarista colocou a razão moderna como superior (ADORNO e HORKHEIMER, 1985). Seja na violência física e direta do extermínio ou no "desencantamento do mundo", como pautou Max Weber, as populações nativas enfrentam, até hoje, a negação de suas cosmologias e direitos básicos para existência.

A união da ciência, da racionalidade moderna e do capital na dominação da natureza e da própria sociedade consagrou o que viria a ser o modelo de progresso para os territórios, no mundo moderno. Observa-se que o estabelecimento de uma estrutura fundiária desigual e a violência nos processos de expropriação marcaram as relações sociais e de poder, nas regiões colonizadas.

A marginalização do conjunto de saberes locais se deu com a imposição de uma racionalidade moderna e colonial (PORTO-GONÇALVES, 2006).

A negação de direitos – como a da própria identidade humana – e a subalternização de saberes de populações autóctones e de origem africana trazidas para as Américas foram corroboradas nos discursos científicos predominantes. As ideias de civilização, progresso e desenvolvimento se construíram para encobrir, nos discursos hegemônicos, as teorias e práticas racistas envolvidas na exploração ilimitada dos bens naturais, do trabalho e da acumulação do lucro.

Interessa-nos apresentar os debates que nos ajudam a situar o desenvolvimento e o território em seu contexto de surgimento dentro da racionalidade eurocêntrica, em sua pretensa universalidade. Destacamos, brevemente, algumas leituras sobre sistema-mundo e as visões sobre colonialidade do poder e do saber, uma vez que grande parte do conjunto teórico-conceitual da geografia, do campo das ciências agronômicas (entre outras que inspiraram a agroecologia), foram forjadas com base em pressupostos dos pensamentos científicos eurocentrados.

O estudo de Grosfoguel (2008) situou que os estudos pós-coloniais e a abordagem do sistema-mundo compartilhavam das mesmas críticas ao desenvolvimentismo, ao eurocentrismo, às questões de gênero, raciais, ideológicas e culturais associadas aos processos de subordinação da periferia. Contudo, partindo de pontos de enfoque diferenciados, enquanto os estudos pós-coloniais enfatizavam as culturas coloniais, a abordagem do sistema-mundo privilegiava a análise da acumulação desigual. Estes campos permaneceriam divididos em relação a "oposições binárias cultura *versus* economia e agência *versus* estrutura" (GROSFOGUEL, 2008, p. 129).

A abordagem do sistema-mundo surgiu da compreensão do desenvolvimento desigual que pautou os processos de colonização e modernização dos povos fora do "Ocidente/Europa"

em sua articulação global. Foi pensada por Immanuel Wallerstein como sistema-mundo moderno ao remeter-se ao padrão de poder que passou a conduzir o mundo após a descoberta da América. A partir deste período, poderíamos marcar o início do processo de globalização, do dito "sistema-mundo moderno". Entretanto, o que prevaleceu, nesta expressão, foi o termo "moderno" e não a ideia de sistema-mundo a que ele se referia. Assim a proposta de Wallerstein foi complementada por Aníbal Quijano como um sistema-mundo moderno-colonial, para destacar o "colonial", como referencial inerente aos processos de modernização (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 24-25).

A discussão de Ramón Grosfoguel foi além da proposta de Wallerstein, quando ressaltou que, se mudamos o *lócus* de enunciação do sistema-mundo do homem europeu para o das mulheres indígenas da América Latina, o que as atinge é mais do que as relações econômicas expressas na ideia de sistema-mundo, mas um conjunto enredado de estruturas de poder presentes nas "hierarquias de classe, sexuais, de gênero, espirituais, linguísticas, geográficas e raciais" que constituiriam, portanto, um "sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno" (GROSFOGUEL, 2008, p. 118-122). O aprofundamento do debate sobre as relações étnicas, raciais e de gênero foi tido como fundamental para problematizar os limites e a necessidade de diálogos no âmbito dos estudos pós-coloniais e da interpretação do sistema-mundo para além da falsa dicotomia entre cultura e economia. As contribuições de Anibal Quijano (2005) sobre colonialidade do poder ajudariam a pensar as relações economia e cultura de forma não dicotômica (GROSFOGUEL, 2008).

A partir do papel da raça nos processos de colonização, Quijano destacou a questão da colonialidade do poder. Esta envolveria a manutenção das formas de controle social e da esfera intersubjetiva nas antigas regiões coloniais fundamentadas nos modelos pretensamente universais da racionalidade eurocêntrica: a família burguesa, o Estado-Nação e a empresa capitalista. As

referências para se pensar a colonialidade dimensionaram-se no entrecruzamento das relações capital/trabalho e europeu/não europeu. Os dualismos que opunham sociedade/natureza, homem/mulher, europeu/não europeu marcaram as formas de controle de trabalho e uso dos bens naturais, nessas áreas, e perpetuaram-se quando, após os processos de independência, os grupos detentores do poder mantiveram a colonialidade de poder como referência para atingir o mito da modernidade europeia (QUIJANO, 2005).

Tal mito se manteve diante dos processos de colonialidade do saber, em que as teorias e crenças eurocêntricas foram tomadas para a análise das distintas realidades geográficas e históricas sem considerar as particularidades sociais e culturais, levando à desvalorização dos saberes e experiências locais (MARTINS, 2012).

Para se pensar a colonialidade do poder e do saber, é preciso perceber que nossas compreensões de mundo se constituem a partir de um lugar determinado nas estruturas de poder (CUSICANQUI, 2008). Por isso, o exercício de descolonialidade envolve pensar nosso *corpus* teórico-metodológico no diálogo entre conhecimentos e saberes diversos, reconhecendo o seu *lócus* de enunciação, o "corpo-político do conhecimento" (GROSFOGUEL, 2008).

Consideramos que, ao pautarmos o debate da colonialidade para se refletir sobre território e desenvolvimento a partir do campo da geografia em diálogo com a agroecologia, experimentamos adentrar na zona do pensamento de fronteira que questiona a premissa de que somente por meio de determinada tradição epistêmica é possível alcançar a verdade (HISSA, 2002). Acreditamos que o debate de Mignolo (2003), que situou o pensamento crítico de fronteira como a resposta epistêmica das construções subalternas ao projeto de modernidade eurocêntrica, fez interseções com o debate de diálogo de saberes (SANTOS, 2007) para nos permitir pensar as construções do conhecimento junto com diferentes sujeitos e suas línguas, religiões, conceitos

políticos e subjetividades, e não a partir de um sistema fechado de imposições epistemológicas.

Compreendendo a agroecologia como um movimento e um campo de diálogo entre saberes científicos e tradicionais, nos quais os conceitos de território e desenvolvimento têm sido amplamente usados, buscamos oferecer contribuições a partir da geografia por meio da problematização da visão eurocêntrica em que se fundam estes conceitos. Os avanços na visão do território – em sua abordagem relacional e multidimensional das relações de poder – e os debates de crítica ao desenvolvimento pautam os desafios de se pensar estes conceitos para reafirmação ou superação de colonialidades.

## O território e a agricultura no contexto de consolidação das ciências

Na passagem do século XIX para o XX, tivemos momentos-chaves, seja para a modernização da agricultura, seja para a consolidação das bases da geografia moderna. As visões do território baseadas nos estudos de Friedrich Ratzel (1990) tornaram-se clássicas na geografia, e embasavam-se fortemente nas dimensões ambientais e políticas do território. Uma de suas grandes contribuições foi destacar a importância dos estudos dos elementos espaciais para a compreensão da sociedade. Em sua obra, *Antropogeografia*, Ratzel (1990) criticou as ciências sociais, que não levavam em consideração o território. Entretanto, para ele, o território era o mesmo que substrato material, o solo. Esta era uma visão de território como algo estático, que "representa em si e por si um elemento universal" (RATZEL, 1990, p. 80), e era a base de recursos para a sobrevivência da sociedade, local de habitação e de onde se retirava a alimentação. Este, portanto, deveria ser controlado pelo grupo social que nele habitava. Reunido por este esforço, tal grupo formaria o Estado, incumbido

da defesa e proteção do território, do solo, de seu espaço vital (RATZEL, 1990).

Era na relação entre a dimensão material da natureza (água, clima e solo como recursos) e a dimensão política, reduzida ao Estado, que o território se definia, para Ratzel, como afirmou Haesbaert (2011, p. 66). Por meio da influência da obra ratzeliana, surgiu uma tradição de associação do conceito de território à ideia de "território nacional" ou a áreas sob o domínio e o controle do Estado. Tais concepções se fortaleceram como discurso ideológico utilizado pela classe burguesa, nos projetos de expansão e consolidação dos Estados-Nação, no final do século XIX. O território se fortaleceu como base material que deveria ser controlada, dominada – o que se deu, efetivamente, por meio de relações dissimétricas de poder.

No campo da agricultura, as transformações advindas de avanços científicos (como o uso da máquina a vapor nos transportes e as descobertas nos ramos da química) modificaram as bases de práticas agrícolas milenares. A passagem da agricultura orgânica para a agricultura química mecanizada, substituindo o esterco orgânico por industrializado e a tração animal por máquinas (MAZOYER e ROUDART, 2010), fortaleceu o modelo produtivo do latifúndio monocultor, com os ganhos advindos da elevação artificial de produtividade da terra.

Os impactos dos processos de transporte e quimificação da agricultura, que modificaram as relações tempo-espaço, seja em relação aos locais de extração de insumos, produção e distribuição alimentar, relativizaram a necessidade de uma espacialização contígua de um "espaço vital" para garantir, por exemplo, o acesso ao recurso da alimentação. A visão ratzeliana de território como base a ser controlada legitimou as ações expansionistas do Estado-Nação, no interior e fora de suas fronteiras nacionais. Em relação à agricultura, podemos considerar que as técnicas modernas, aparentemente, garantiam ao Estado maior capacidade de

"controle" sobre problemas que afetavam a produtividade e a produção suficiente de alimentos.

Esta visão clássica trazida por Ratzel (1990) foi aqui destacada, pois influenciou fortemente o pensamento geográfico e demarcou uma limitação na conceitualização de poder (eminentemente ligado ao poder político de um Estado). Contudo, Foucault esclareceu que o poder não é imanente a uma instituição, estrutura ou potência, mas a todos os seres humanos, e que ele é "o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada" (FOUCAULT, 1999, p. 89). Deste modo, o poder não estaria centrado em um único ponto, estrutura ou grupo, pois ele "se produz a cada instante, em todos os pontos, ou melhor, em toda a relação entre um ponto e outro" (1999, p. 89). Ou seja, por estar presente em toda relação, o poder não pode ser delimitado como poder político, econômico ou cultural. Estas seriam, antes, manifestações do poder resultantes de campos de correlações de forças, que ora pendem mais para um ponto ou outro, mas não se originam unicamente de nenhum destes.

Portanto, a visão do poder como algo imanente ao Estado limitava as interpretações, pois negava a capacidade dos movimentos de resistência existentes, tanto a dos sujeitos que lutavam para manter seus modos de vida, quanto a dos conhecimentos científicos associados à agricultura orgânica. Foram as dissimetrias do poder em favor do Estado (e das elites oligárquicas e capitalistas a ele associadas) que permitiram legitimar as organizações militares e a limitação/direcionamento do conhecimento sobre recursos estratégicos e as inovações científicas como formas de controle do território visto como base material.

Esses controles foram imbuídos na colonialidade do poder, que colocou as novas formas de produção agrícola desenvolvidas na Europa como modelos a serem universalizados. Tais transformações ampliaram os processos de desconexão da agricultura e dos sistemas agroalimentares de suas bases biofísica

e cultural de origem (SMITCH, 2009). Criaram-se novas bases para subjugar os sistemas de saberes ligados à agricultura como inferiores, como barreiras a serem vencidas pelas formas modernas de produção agrícola, em sua fase de intensificação de dependência de capital. Muitas obras em favor da agricultura de base orgânica foram desqualificadas e marginalizadas, como nos casos de Hensel (2003) e Howard (2007).

A agricultura passou a ser, cada vez mais, dependente da indústria e do crédito bancário (KAUTSKY, 1981), processo que se aprofundou durante a primeira metade do século XX, diante das relações coniventes entre o desenvolvimento do aparato bélico utilizado nas duas grandes guerras mundiais e os resultados das pesquisas sobre inovações tecnológicas na agricultura. Estes estudos, que se articularam, sobretudo, a partir dos anos 1940, foram difundidos mundialmente num intensivo processo de modernização agrícola conhecido como "revolução verde". Nos países periféricos, tal processo se disseminou a partir do final dos anos 1960. Consistia, basicamente, na incorporação de pacotes tecnológicos – insumos químicos, seleções animal e vegetal –, privilegiando variedades de alto rendimento (BUTTEL, 1995).

No campo das ciências agrícolas, o período pós-guerra representou a disseminação de um pacote técnico-científico da revolução verde como modelo único para o progresso da agricultura, nas instituições de ensino, pesquisa e extensão rural.

Em nome do progresso, culturas autóctones (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses etc.) foram expropriadas, seus indivíduos foram pauperizados e suas estruturas sociais modificadas. A emergência de movimentos sociais e ecológicos, nas décadas de 1960 e 1970, trouxe os problemas ambientais, a miséria e a fome para a pauta das grandes discussões internacionais, alertando sobre os limites da exploração dos bens naturais e da força de trabalho humana.

Nas escolas de geografia, a repercussão dos debates no campo da geografia crítica abriu panoramas para diálogos com os

sujeitos excluídos. As leituras de obras de Yves Lacoste (1988), Henri Lefebvre (1991, 2008) e Michel Foucault (1999), bem como as construções dos movimentos de educação popular, influenciaram a busca pela superação do binômio "geografia dos professores" e "geografia do Estado-Maior", debatido por Lacoste (1988). Repercutiram também nas discussões sobre espaço geográfico e território (com mais ênfase no primeiro) de Milton Santos e Ruy Moreira. A publicação da obra de Raffestin (1993), já nos anos 1980, influenciou a retomada das discussões sobre território por autores brasileiros como Haesbaert (2011) e Saquet (2010).

No campo de lutas dos movimentos sociais e ecológicos, os debates em torno das chamadas "agriculturas alternativas" iriam influenciar os estudos e articulações de cunho ambientalista que levaram às sistematizações da agroecologia como ciência (CUNHA, 2012).

## Interfaces entre a abordagem territorial e as perspectivas agroecológicas: enlaces por poder e autonomia

Nossa opção por ressaltar, neste artigo, os trabalhos de Saquet (2010) e Haesbaert (2011) como referências recentes no campo da geografia que apresentam uma ampla revisão sobre o conceito de território, destacando suas concepções sínteses. Apresentamos, os debates que contribuíram na construção das leituras sobre território, como as contribuições de Lefebvre (1991, 2008) e Raffestin (1993), que ajudaram na renovação do conceito de território em uma perspectiva integradora, relacional, reunindo aspectos materiais e imateriais das esferas políticas, econômicas e simbólicas/culturais em sua composição (HAESBAERT, 2011; SAQUET, 2010), e tendo o poder – entendido como uma posição estratégica diante de dada situação – como elemento que permeia todas estas relações (RAFFESTIN, 1993).

Em Lefebvre, destacam-se o estudo do espaço como *lócus* da reprodução das relações sociais de produção, por meio de mediações concretas e simbólicas, e sua interpretação sobre as contradições do espaço e seus processos de dominação e apropriação. Observa-se o papel dos estudos acadêmicos de apontar as contradições e desigualdades resultantes dos processos de apropriação do espaço pelos processos de dominação e de dar destaque aos acontecimentos que possibilitam a restituição das formas de apropriação (LEFEBVRE, 1991, p. 166).

A compreensão das relações de dominação/apropriação do espaço envolve a percepção da simultaneidade entre abstrato e concreto, que se constitui pelas expressões materiais das relações sociais de produção e do espaço vivido, e pelas expressões imateriais (as representações criadas sobre e pelo espaço), sejam as forjadas pelos capitalistas (o espaço concebido) ou as que permeiam o cotidiano (o espaço percebido) (LEFEBVRE, 1991). É no interior de tais relações que se encontram os elementos que influenciam as concepções de território abordadas por Saquet (2010) e Haesbart (2011). O território se constituiu, a partir daí, com duplo sentido: de expressão material e imaterial do espaço e de conceito teórico utilizado para a compreensão espacial. A outra abordagem que complementa o conceito de território debatido por estes autores é a de Raffestin (1993) sobre como o poder permeia as relações entre as dimensões que compõem o território.

Raffestin (1993), a partir das leituras de Foucault (1999), esclareceu que o poder é imanente a toda relação, e que onde há poder, há resistência – a outra face da moeda ou parte constitutiva das relações de poder. A energia e a informação aparecem como fluxos que estão presentes em toda relação. Portanto, as origens do poder são múltiplas, e ele não pode ser tratado como algo pertencente a um grupo ou a uma organização, mas estes poderiam estabelecer, antes, relações dissimétricas por meio da manipulação dos fluxos de energia e informação que atravessam toda relação (RAFFESTIN, 1993, p. 53-54).

Este autor esclareceu, por intermédio de Foucault (1999), que "todo ponto de exercício do poder é, ao mesmo tempo, um lugar de formação do saber". A energia transformada em informação é saber; a informação, quando permite a liberação de energia, é força; e, assim, o poder seria também um lugar de transmutação (RAFFESTIN, 1993, p. 56).

Uma abordagem relacional do território significa situá-lo dentro de relações sociais e históricas, como mediação espacial do poder, que é inerente a toda relação. E, além disto, é "incluir uma relação complexa entre processos sociais e espaço material" (HAESBAERT, 2011, p. 82). Percebe-se que o processo de territorialização envolve características concretas e abstratas, subjetivas e objetivas, na dialética entre dominação e apropriação. Analisar o exercício dissimétrico do poder e os significados dados ao espaço pelos diferentes sujeitos é fundamental para se compreender os processos de organização territorial e construção de territorialidades.

O acontecimento simultâneo de relações materiais e imateriais entre os grupos sociais configuram distintas territorialidades. Para Marcelo Lopes Souza (2005, p. 99), a territorialidade é uma "interação entre seres humanos mediatizada pelo espaço". A territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações entre sociedade, espaço e tempo mediadas pelo processo de trocas e/ou de comunicação a fim de alcançar uma maior autonomia possível, sendo mais ou menos estáveis de acordo com a simetria ou dissimetria de tais relações (RAFFESTIN, 1993).

Segundo Giuseppe Dematteis (2008, p. 34), a territorialidade é resultado do processo de construção dos comportamentos humanos, o "conjunto de práticas e dos conhecimentos dos homens em relação à realidade material, a soma das relações estabelecidas por um sujeito com o território (a exterioridade) e com outros sujeitos (a alteridade)". Acrescentamos a esta ideia a observação de que tais práticas e conhecimentos

também estão associados à realidade imaterial, às dimensões simbólicas e do imaginário que se projetam da/na realidade material. A territorialidade abrange, portanto, as relações cotidianas, diárias, que os seres humanos mantêm entre si e com suas naturezas interior e exterior. Se, na constituição dos territórios, na sociedade capitalista, os processos de dominação têm prevalecido sobre a apropriação, o poder tem sido exercido dissimetricamente pelas organizações e grandes mídias. É preciso, mais uma vez, lembrar que onde há poder, há resistência.

Deste modo, o território se coloca como um campo de tensão entre interesses dominantes e interesses que não permanecem eternamente dominados, oprimidos. O reflexo de tais contradições, no cotidiano, pode levar a um despertar, mais ou menos lento, dos sujeitos sobre tais processos, o que pode desencadear relações de apropriação do território, relações de poder menos dissimétricas, seja no âmbito restrito do lar e da família, ou para além disso. Isto envolve a transformação dos processos de indiferença e de exploração dos seres humanos e da própria natureza (HAESBAERT, 2011).

Influenciado por leituras da geografia italiana (como Giuseppe Dematteis) Saquet (2010) discute que a territorialidade é vista como possível estratégia para a organização da sociedade e do território para a busca de transformação social, de formas de autogestão, de recuperação e conservação ambiental. A constituição destas novas territorialidades envolve reflexões sobre uma nova sociedade que valorize os saberes locais, as relações de confiança, o respeito, a ajuda mútua, os movimentos sociais, a recuperação e a preservação da natureza, a produção ecológica de alimentos etc. (SAQUET, 2010, p. 151).

Nesse sentido, abre-se o campo de debate das aproximações e contradições que envolvem as perspectivas teóricas entre a agroecologia e a geografia. Entende-se que esta perspectiva de compreensão das territorialidades pode estabelecer um diálogo frutífero sobre as formas de leituras e análises dos

agroecossistemas. O olhar multidimensional e multiescalar para o território permite refletir sobre como esta organização territorial local é influenciada por outras esferas em escalas mais amplas.

Partimos para um breve panorama de aspectos ligados a agroecologia. Trabalhos que relacionam as práticas agrícolas com a ecologia já existem desde o século XIX, e continuaram ao longo de todo o século XX. O termo agroecologia já vinha sendo usado em publicações científicas, desde o final da década de 1920 (WEZEL et al., 2009). Sua organização como disciplina científica teve origem no México, com Efraín Hernandez Xolocotzi, sendo desenvolvida a partir dos anos 1970, por Víctor Toledo, Stepehen Gliessman e Miguel Altieri (GUZMÁN CASADO et al., 2000). Um grupo de referências importantes ao longo do século XX para a agroecologia podem ser observadas no trabalho de Gliessman (2005, p. 57).

No Brasil, surgiram estudos como o de Ana Primavesi e Sebastião Pinheiro, que contribuíram para o avanço do debate sobre agricultura alternativa no país. Nas pesquisas brasileiras atuais, destacam-se as concepções como as de Caporal et al. (2009), que entendem a agroecologia como uma ciência que dialoga com perspectivas do campo da complexidade e da ecologia dos saberes, discutidas por autores como Edgar Morin e Boaventura de Sousa Santos, respectivamente.

Nos estudos científicos encontramos os agroecossistemas como uma categoria chave para a agroecologia. Ele é abordado de modo sistêmico, no qual as inter-relações entre elementos ambientais (ciclos minerais, transformações energéticas, processos biológicos), sociais, políticos, culturais e econômicos são estudadas em conjunto. Este ponto é fundamental, uma vez que a visão sistêmica que propõem não se restringe aos fatores ambientais, mas sua integração como sistema social. Assim, questões como a valorização e o conhecimento tradicional dos camponeses, as condições de acesso e permanência na terra, as relações de gênero

e de não-exploração do trabalho permeiam o pensamento agroecológico.

O que diferencia e, simultaneamente, aproxima as abordagens agroecossistêmica e territorial é o enfoque da primeira em relação aos processos de trocas e circulação de energia, de trabalho e de perspectivas socioculturais, enquanto, na abordagem territorial, o poder como posição estratégica frente à situação complexa se coloca como o eixo de análise das dissimetrias nos fluxos de energias, na informação, no trabalho e nas relações socioculturais. Compreendemos que o equilíbrio buscado para os processos que compõem a análise agroecossistêmica é perpassado por mudanças nas dissimetrias do poder, seja nas relações familiares, nos debates de gênero e geracional ou nas relações de uso dos bens naturais para prevalência de relações de apropriação em vez de dominação.

Entende-se que os debates da agroecologia se aproximam das perspectivas de descolonialização do saber e do poder, que envolvem a luta pela desconstrução dos cenários intensificados no sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno (a destruição da natureza, dos modos de vida, das cosmovisões indígenas, negras, quilombolas e camponesas, a opressão dos pobres, das mulheres, entre outros grupos). Sevilla Gúzman alertou que a abordagem agroecológica busca reconduzir "o curso alterado" que nos trouxe até a atual crise social e ecológica diante de mecanismos de controle das formas de produção degradantes e espoliadoras, tendo em conta um enfoque holístico e uma perspectiva local (GÚZMAN, 2009, p. 29).

Acredita-se que, na expansão do conhecimento agroecológico (como prática, ciência e movimento), a compreensão profunda dos processos de espoliação e as alternativas para sua superação são fundamentais e ainda pouco pautadas. Por isso, compreende-se que um dos desafios, para a agroecologia – que constrói sua identidade, principalmente, a partir da contraposição à revolução verde –, é constituir sua episteme considerando que o

modelo que se critica é pautado nas relações de produção do capitalismo e na colonialidade do poder e do saber, que, por muito tempo, negou o papel do racismo e do sexismo nas formas de dominação da sociedade e da natureza. É importante buscar as raízes de como se rompem os sistemas de conhecimentos autóctones e o trabalho feito para visibilizá-los a partir das críticas que situam nossos sistemas de conhecimento no contexto de consolidação do sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno.

## Territorializações da agroecologia no Brasil

O contexto de lutas dos movimentos sociais no campo e de articulação do movimento ambientalista e o debate em torno das agriculturas alternativas, ao longo da segunda metade do século XX, abriram campo para o desenvolvimento da agroecologia como prática e movimento – e, mais recentemente, como ciência –, no Brasil.

O primeiro marco de constituição deste movimento foi a realização dos Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAAS), na década de 1980, organizado, principalmente, pela Federação das Associações dos Engenheiros Agrônomos do Brasil (FAEAB). Outro impulso importante, nesta década, foi dado pela criação do Projeto de Tecnologias Alternativas (PTA/FASE). Neste período, as experiências com agricultura alternativa, no Brasil, ainda eram poucas, e não havia abertura e interesse sobre esta discussão nos setores acadêmicos (LUZZI, 2007).

Foi no começo da década de 1990, com a tradução de algumas obras de Miguel Altieri, que a agroecologia se tornou um marco conceitual e metodológico que orientou o movimento da "agricultura alternativa". Mesmo não sendo hegemônico, o enfoque agroecológico tem ganhado destaque, nos debates em torno de ações para a melhoria da qualidade de vida no meio rural, no Brasil, principalmente em organizações de agricultores, sindicatos

rurais e movimentos sociais, como o Movimento dos Sem-Terra e o Movimento dos Pequenos Agricultores (LUZZI, 2007).

Entre os anos de 1990 e 2000, as experiências e articulações dos "movimentos agroecológicos" e a discussão das perspectivas da agroecologia começaram a ganhar espaço também na academia. Houve a organização do I Encontro Nacional de Agroecologia, no Rio de Janeiro, em 2002, que resultou na criação da Articulação Nacional da Agroecologia (ANA), composta de uma diversidade de organizações não governamentais, movimentos sociais rurais e redes regionais de promoção da agroecologia (LUZZI, 2007). Em 2003, em Porto Alegre, foi realizado o I Congresso Brasileiro de Agroecologia, e, em 2004, foi fundada a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA).

> Vários autores discutem a existência de um "movimento agroecológico brasileiro" (LUZZI, 2007; PETERSEN e ALMEIDA, 2004), não como um movimento social institucionalizado, mas como "um campo social de expressão nacional que vêm se articulando em redes que mobilizam dinâmicas sociais autônomas desde os âmbitos local e regional" (ALMEIDA, 2009, p. 68), redes estas que articulam diferentes tipos de organizações de base, associações de agricultores, camponeses, quilombolas, ribeirinhos, movimentos sociais, instituições de assessoria técnica, organizações não governamentais e instituições de ensino, pesquisa e extensão, entre outros (PETERSEN e ALMEIDA, 2004).

Foi por meio das lutas de todos esses sujeitos que se construiu, a partir dos anos 2000, um direcionamento político-institucional marcado pela elaboração de novas legislações, que envolveu tensões nas negociações de demandas dos movimentos sociais, de organizações não governamentais e de acadêmicos. No Brasil, foi instituída, em 23 de dezembro de 2003, a Lei nº 10.831, que dispõe sobre a agricultura orgânica. Observa-se que a legislação brasileira sobre os sistemas orgânicos de produção tem uma concepção avançada, que envolve o respeito à diversidade

cultural e biológica local, abordando em partes princípios pressupostos pela agroecologia.

Contudo, alguns problemas têm ocorrido, porque, sob essa mesma lei, estão os enfoques feitos por agricultores empresariais e grandes empresas do agronegócio, que, diante da possibilidade de maior lucratividade com os produtos orgânicos, se especializam em monocultivos que levam em conta apenas a substituição de insumos. A questão da transição agroecológica se reduz à aquisição de certificação, que se foca apenas no processo produtivo, por meio de selos de qualidade ambiental ou social. Por isso, alguns processos de "ecologização" da agricultura mantêm abertos os caminhos para a reprodução do capital sem questionar a desigualdade do modelo de desenvolvimento.

Se, de um lado, tem ocorrido esta generalização, por outro, a legislação garantiu, por pressão e lutas dos movimentos sociais e organizações não governamentais, a venda direta de produtos por agricultores, desde que estes estejam articulados com organizações de controle social (OCS), como, por exemplo, as associações comunitárias.

Outros problemas, como a exclusão da agroecologia como eixo orientador da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) de 2010, que representou um retrocesso em relação à PNATER de 2003, elaborada com ampla discussão com a sociedade civil (CAPORAL, 2011), mostram as dificuldades colocadas no jogo político para o fortalecimento da transição agroecológica.

Entre os avanços alcançados pelo enfoque agroecológico, nos campos institucional e acadêmico, destacam-se: a criação de uma linha de pesquisa da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), os programas de crédito rural, comercialização e capacitação de agricultores e a disseminação de cursos de agroecologia em todo o país, inclusive em nível de mestrado (CAPORAL et al., 2009). A instituição da Política Nacional de Produção Orgânica e Agroecológica (PNAPO), em

2012, e do Plano Nacional de Produção Orgânica e Agroecológica (PLANAPO), lançado em outubro de 2013, foi uma importante conquista para o movimento agroecológico. Contudo, os limites do PLANAPO, por exemplo, frustraram as expectativas de vários grupos, uma vez que destinou parcos recursos para a implementação efetiva de experiências, além de ter o foco voltado para questões produtivas, deixando de lado a complexidade social, cultural e ecológica que envolve a agroecologia, como as questões de gênero e a reforma agrária.

## Pensando território e desenvolvimento em diálogo com a agroecologia

Considera-se que as perspectivas discutidas pela abordagem agroecossistêmica possuem um cunho territorial, uma vez que se expressam na preocupação em buscar equilíbrio entre as esferas políticas, sociais, econômicas, ecológicas e culturais, favorecendo a prevalência dos processos de apropriação sobre a dominação na constituição das territorialidades.

Os dilemas vividos pela agroecologia, nos processos de instituição de políticas públicas que não dão conta de sua complexidade, se assemelham aos problemas decorrentes do uso restrito da categoria território, nas políticas públicas. Se o território é uma categoria analítica complexa para se compreender as contradições da reprodução da sociedade capitalista, esta categoria é problemática para a criação de políticas públicas, ao menos nos moldes em que esta se constrói, no Brasil, ou seja, sob a associação de uma visão restrita de território aos discursos de desenvolvimento e de sustentabilidade.

Para Foucault (1999), em resposta às inquietações sociais, podemos perceber que os discursos políticos, midiáticos e do marketing se constituem como instrumentos de poder, que colocam como única realidade a visão de um espaço que é concebido sob a ótica das relações capitalistas. No contexto dos organismos

internacionais, há uma constante adaptação do discurso do desenvolvimento, no qual são incorporadas questões como a participação popular, o gênero, a etnia, a sustentabilidade e a territorialidade, como forma de ressignificar um discurso que, de tão esvaziado, já não se mantém sozinho (GÓMEZ, 2007, p. 45). Destacamos problematizações recentes nos discursos do desenvolvimento sustentável e do desenvolvimento territorial rural como forma de apontar as limitações postas para a articulação de políticas públicas pautadas nos âmbitos destes discursos.

Os debates, no contexto dos organismos internacionais, se pautam na definição de desenvolvimento sustentável, surgida nos anos 1980, no relatório Brundtland, da Comissão Mundial das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. Este seria, então, "um desenvolvimento que satisfaça as necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer as suas". Uma definição vazia, de conteúdo político, especialmente moldada para responder aos questionamentos sociais sobre como conciliar crescimento econômico com desenvolvimento humano e preservação ambiental, e não para questionar sobre as bases das contradições e desigualdades intrínsecas ao capitalismo.

Da mesma forma, os discursos de desenvolvimento territorial rural ou desenvolvimento local se transnacionalizaram por intermédio de instituições como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. No Brasil, estes discursos se pautaram entre 1995 e 2002, em torno da articulação política dos territórios rurais (GÓMEZ, 2007) e da criação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), que buscariam implementar espaços de participação e diálogo entre Estado e sociedade civil, na gestão do território.

Nossa análise dos documentos da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (Brasil/MDA, 2003, 2005) observa a

negação de bases centrais do debate do território, que são as relações de poder e as dimensões imateriais das territorialidades. O território, na visão dessas políticas, é restrito à sua base material e é negado como área de encontro para a promoção da coesão social e a articulação econômica. O trabalho de Geraldi (2012) permite aprofundar o panorama desta crítica às políticas de desenvolvimento territorial.

A compreensão da categoria de território pelo Estado é delimitada de acordo com as necessidades de controle social e reprodução capitalista (GÓMEZ, 2007). A isto, soma-se a dificuldade da abordagem territorial em se efetivar, uma vez que esta depende da articulação de vários ministérios e políticas públicas, em níveis municipal, estadual e federal. O que se percebe é que, apesar de se revestirem de uma abordagem territorial, as políticas públicas para o campo ainda se baseiam, em sua maioria, numa visão convencional do desenvolvimento setorial, em que "rural", na prática, ainda é sinônimo de "agrícola". Isto repercute na ausência de discussões urgentes e de políticas públicas de longo prazo, que possam atender às demandas do movimento agroecológico em sua complexidade.

Nesse sentido, a leitura de Lisboa e Conceição (2007) nos esclarece que, sob a ótica do Estado e dos agentes de reprodução do capital, o desenvolvimento, em sua perspectiva local, acontece como simulacro do envolvimento comunitário. O desenvolvimento local é mais uma forma de articulação do local em função das necessidades globais de reestruturação do capital.

As políticas de desenvolvimento local ou territorial rural trazem problemas já em sua concepção, como a presença de mediadores e de representantes de diferentes setores da sociedade para compor os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS). Isto implica num distanciamento de lideranças de suas bases e numa visão de que é possível, nestes conselhos, a homogeneização de interesses, negando-se os conflitos de classes entre camponeses, trabalhadores e representantes dos

poderes político e econômico. Assim, mascaram-se as diferenças de classes, os conflitos são esterilizados e os consensos são criados em torno de ações que qualifiquem o território para se inserir e competir no mercado. As identidades locais, a cultura e as tradições são vistas em função de seus possíveis resultados mercantis, o que reduz a complexidade das relações sociais à abordagem econômica (LISBOA e CONCEIÇÃO, 2007). É preciso ter clareza deste contexto contraditório, pois o direcionamento de políticas municipais para os processos de transição agroecológica também é negociado nos CMDRS.

O território do desenvolvimento territorial rural sustentável, na visão da política pública, é uma categoria esvaziada de sentido crítico. Este território é reduzido a um instrumento de planejamento, e as relações de poder – como marca de constituição dos territórios – não são mencionadas. Suas propostas envolvem o enquadramento do território para atender às políticas de desenvolvimento.

Observamos que, na visão do Estado, o território, apesar de agregar conceitualmente uma multiplicidade de dimensões, ainda é tratado como área sobre a qual se deve exercer controle, seja pela manipulação de consensos ou pelo escamoteamento de conflitos. É uma visão na qual a centralização do poder do Estado é encoberta, em seus processos de descentralização, para a esfera municipal, que, antes de diminuir as dissimetrias de poder, favorece a competitividade e a lógica da dominação política/econômica na constituição do território. Contudo, isto não significa negar as conquistas possibilitadas aos movimentos sociais pela implementação de políticas públicas, mas considerá-las como parte de uma construção nos limites do jogo de interesses políticos do Estado. Portanto, não se trata de negar a priori a participação social nesses espaços, mas sua inserção, cada vez mais consciente, nas das conquistas possibilitadas nos jogos de consensos.

O desafio da descolonialidade passa pela renovação das categorias de explicação da realidade. Acredita-se que as ações realizadas por camponeses e comunidades rurais em torno da construção do conhecimento e das práticas agroecológicas possuem uma complexidade e potencialidade mais amplas para se alcançarem processos de autonomia que, por ora, se limitam a algumas visões, cujo fim máximo seria alcançar um desenvolvimento territorial ou sustentável. Nesse sentido, acreditamos que seja anacrônico utilizar-se o desenvolvimento como bandeira para valorizar o trabalho daqueles que foram suas próprias vítimas. Parece que se esquece de que a noção de desenvolvimento surgida no modelo de produção capitalista se manteve em torno de "certezas" como: "a confinação no papel da modernização para destruir relações arcaicas; a industrialização como via segura para essa modernização; o desenvolvimento material garantindo o progresso social, cultural e político" (GÓMEZ, 2007, p. 42), entre outras. Os níveis de crises geradas, na atual conjuntura, pela lógica do desenvolvimento material estreitaram nossos horizontes culturais e nossas perspectivas de pensar e agir politicamente sobre o mundo. Por isso, consideramos que o debate crítico sobre o desenvolvimento é parte da superação de uma visão colonializante.

Entendemos que os discursos que prevalecem sobre termos como "desenvolvimento sustentável" se situam, basicamente, em torno da natureza vista de forma dicotomizada em relação à sociedade, buscando-se formas mais "racionais" de exploração dos recursos (MARCOS, 2007). Assim, a questão ecológica foi apropriada como "discurso retórico", pelo capitalismo (MESZÁROS, 2011), e reduzida a termos de "educação ambiental", a fim de se desviar a atenção dos problemas sociais e políticos e da crítica à estrutura do modo de produção capitalista, que traz, em sua essência, a exploração da natureza e da sociedade, bem como a propriedade privada (CONCEIÇÃO, 2004).

As críticas de autores do "pós-desenvolvimento" afirmam que as bases para o desenvolvimento seriam, além do investimento de capital, as redes de poderes e saberes que sustentam a teoria em que se fundamenta o seu discurso (GÓMEZ, 2007). A crença no progresso técnico e na capacidade de solução dos problemas ambientais e sociais pela ciência moderna-colonial e pelos mecanismos de mercado vem legitimando ações altamente preocupantes para a saúde humana e ambiental, como a ampla difusão de cultivos alimentares transgênicos, que, entre outras consequências, tem ampliado a pobreza e o controle das grandes corporações sobre comunidades camponesas em todo mundo (SHIVA, 2004, 2003).

Diante de tantos impasses, há uma vertente que nega a expressão "desenvolvimento sustentável", apontando as contradições inerentes ao próprio termo. Porto-Gonçalves (2004) foi incisivo, em suas críticas às concepções que tentam conciliar o desenvolvimento econômico capitalista e a conservação ambiental, como se estes não fossem contraditórios. Para este autor, "des-envolver é tirar envolvimento (autonomia) que cada cultura e cada povo mantêm com seu território (...). O desafio ambiental continua a nos convidar à busca de alternativas *ao* e não *de* desenvolvimento" (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 46 [grifos do autor]).

Outras vertentes afirmam que são importantes o debate crítico e a proposição de caminhos alternativos àqueles oficiais (MARCOS, 2007). No campo da agricultura, as chamadas agriculturas alternativas surgiram contrariando as práticas disseminadas pela revolução verde e propondo ressignificações para o conceito de desenvolvimento sustentável.

Também está presente, nas discussões da agroecologia, o debate do desenvolvimento e da sustentabilidade – termos estes em disputa, não havendo sobre eles consenso, mas "orientações teóricas" que se distinguem entre o pensamento científico convencional e o pensamento alternativo, como exemplificou

Sevilla Gúzman (2009). Caporal e Costabeber (2001) esclareceram que, diante da ambiguidade do conceito de desenvolvimento sustentável, seria fundamental que se diferenciassem os discursos de pensamentos correntes que tratam desta questão. O discurso liberal, associado ao pensamento científico convencional e à visão tecnocrática, originou uma visão ecotecnocrática que apregoa o otimismo tecnológico e as soluções de mercado. Na agricultura, estabeleceu que a ecologização viria por meio de soluções técnicas, como a biotecnologia e o cultivo de espécies transgênicas – uma noção de "sustentabilidade fraca", uma vez que não levou em conta as diversidades biológica e cultural e as questões sociais (CAPORAL e COSTABEBER, 2001).

Com origem no pensamento alternativo, o discurso ecossocial sobre o desenvolvimento sustentável, proveniente de várias correntes teóricas, fez a crítica à "fase de ecologização" do capital e suas contradições intrínsecas, que resultaram na exploração da natureza, como exposto acima. Propôs mudanças no sistema dominante em favor de estratégias descentralizadas, compatibilizando condições ecológicas, sociais, identidades étnicas e valores culturais numa perspectiva de sustentabilidade forte (CAPORAL e COSTABEBER, 2001).

Consideramos que este debate em torno de sustentabilidade coloca o importante aspecto de situar o *lócus* de enunciação. Contudo, acreditamos que é insuficiente para defender o desenvolvimento sustentável na perspectiva da sustentabilidade forte. A nosso ver, este debate tira o foco de se pensar o diálogo de saberes na agroecologia (como forma de construção de autonomia) para aproximá-lo da domesticação pelo mercado ou reduzi-lo ao texto apropriado para inserção nas políticas públicas.

Acreditamos que os debates sobre sustentabilidade, nas perspectivas da agroecologia, têm avançado rumo a problematizações mais complexas e críticas. Novos estudos, no campo da agroecologia, também apresentam visões diferenciadas de sustentabilidade, como em redes e grupos de pesquisa

compostos de estudiosos de diversos países da América Latina e em pesquisas sobre resiliência socioecológica às mudanças climáticas, no âmbito da Red Iberoamericana de Agroecología para el Desarollo de Sistemas Agrícolas Resilientes al Cambio Climático (REDAGRES)[1] (NICHOLLS et al., 2013).

Contudo, considerando o que já foi exposto por Meszáros (2011), Conceição (2004) e Porto-Gonçalves (2004, 2006), entendemos que ainda é preciso ampliar, no âmbito da agroecologia, a crítica à ideia de desenvolvimento. Boff (2010) destacou que a categoria desenvolvimento foi retirada da economia, e consiste na exploração sistemática dos recursos da Terra para atingir três objetivos: aumentar a produção, potencializar o consumo e gerar riqueza. A categoria sustentabilidade veio das ciências da vida, e sinaliza que, na dinâmica da natureza, há interdependências e lógicas de cooperação que permitem que todos os seres vivos convivam e se ajudem, mutuamente, para garantir a biodiversidade. Seriam estes termos que se repelem. A expressão "desenvolvimento sustentável", como proposta para sairmos da crise mundial, seria um engodo.

Neste contexto, temos autores que refletem a partir das realidades latino-americanas (como Vitor Toledo), e que nos fazem pensar a agroecologia de forma mais ampla, vista como um enfoque para a transição para agriculturas de base ecológica e sustentável – que privilegiam as pequenas propriedades camponesas, e que já teriam, em sua organização social e ambiental, uma racionalidade ecológica (TOLEDO, 2002). Destaca-se, ainda, o potencial político de uma visão ecológica profunda, como a proposta pela agroecologia. Toledo (1996) afirmou que a implementação, em longo prazo, de "desenhos subversivos" que promovam a geração de energia em pequena escala, com base em recursos locais, no lugar de megaempreendimentos, podem levar à

[1] Rede Iberoamericana para o Desenvolvimento de Sistemas Agrícolas Resilientes às Mudanças Climáticas.

autossuficiência de indivíduos, comunidade e regiões, constituindo novas formas de poder político descentralizado e autogestado. Observamos que estas transformações se impulsionam por processos de apropriação e criação de múltiplas territorialidades, nos quais a fragmentação entre sociedade e natureza é amenizada. Acreditamos que visões como as de Vitor Toledo, relacionadas à construção de autonomia, apontam caminhos mais frutíferos, ao invés de restrições aos horizontes de possibilidades, como as que os discursos hegemônicos do Estado, do capital e do patriarcado têm a nos oferecer.

## Considerações finais

Os processos para gerar autonomia, numa perspectiva de diálogo de saberes, podem proporcionar construções mais complexas e abrir outros campos de debates, na luta pela reapropriação social da natureza. Estes diálogos de saberes, a partir da aproximação e juntamente com o conjunto da diversidade de sujeitos que constroem o mundo rural (camponeses, posseiros, agricultores, quilombolas, indígenas, pescadores artesanais, quebradeiras de coco, comunidades de fundo de pasto e geraizeiros, entre outros) e o movimento da agroecologia, devem abrir nossa capacidade de análise para pensarmos a multidimensionalidade de suas territorialidades.

Pensar segundo uma abordagem territorial é partir das análises das dissimetrias nas relações de poder e pensar agrossistemicamente em uma perspectiva agroecológica envolve considerar o diálogo com as práticas locais. Assim, devemos estar abertos a questionar o *lócus* de enunciação das concepções de poder utilizadas e o tipo de diálogo que buscamos estabelecer.

Acreditamos que ainda são incipientes os debates sobre territorialidades em seus diálogos com as perspectivas agroecológicas. As aproximações entre campos teóricos distintos, que destacamos neste trabalho, buscam contribuir para este

debate. Ressaltamos que ainda são grandes, mas que se pode avançar em diversas problemáticas comuns à geografia e à agroecologia do plano teórico as metodologias de pesquisa como os trabalhos de campo, as formas de construção de narrativas junto aos sujeitos, as representações de suas territorialidades por meio da cartografia social, entre outras.

São grandes os desafios para que a apropriação seja restituída como forma determinante na construção do território. Uma linha tênue separa as visões sobre os conceitos mais ou menos críticos sobre o desenvolvimento e a sustentabilidade. Um dos maiores desafios é traduzir tal visão crítica em ações, em uma práxis coletiva diferenciada. Pois, como discutiu Almeida (2003), as experiências em agroecologia se encontram diante de um cenário complexo entre a apropriação pelos movimentos sociais e a domesticação pelo mercado.

Nesse processo, o território se coloca como uma categoria importante para compreendermos o movimento dialético entre os processos de apropriação e de dominação entre sociedade e natureza, na busca da valorização de "outras" – e não de "novas"– territorialidades (há muito presentes nas lutas por autonomia do campesinato e dos povos tradicionais). O território também contribui para se contextualizarem os desafios vividos na escala local, perpassados por questões que se globalizam, daí a importância das articulações entre a academia e os diversos movimentos sociais e ambientais, nos âmbitos regional, nacional e global (CONCEIÇÃO, 2004; PORTO-GONÇALVES, 2006). Precisamos nos lembrar de que os camponeses e as populações tradicionais podem ter um papel fundamental nos processos de transformação da lógica do desenvolvimento, ainda que diminuído e subestimado pelo discurso científico convencional (OLIVEIRA, 2004).

Diante disso, há a necessidade de novas geografias *do* desenvolvimento e não *para* o desenvolvimento (GÓMEZ, 2007). Geografias que atentem para o papel de desmitificar as lógicas do

sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno, que prevalecem nos processos de constituição do território. À geografia agrária cabe abrir os horizontes para a importância das relações ecológicas no território, pois não adiantaria construir uma reforma agrária radical sem uma ecologização também radical, que realmente possibilite a autonomia dos povos.

Diríamos que a agroecologia sempre existiu, como prática e movimento de trocas de saberes. Já como ciência, para se construírem novas epistemologias, é preciso ter claros os desafios de dar voz e dialogar com as culturas tradicionais sem se sobrepor. Como ciência, é importante reconhecer as dificuldades implicadas nessas lutas, diante do ataque neoliberal de desregulamentação promovido pelo capital financeiro para a usurpação dos bens naturais, da vida e da cultura dos povos.

Entende-se que a inclusão da agroecologia como política pública, realizada no âmbito do Estado, baseia-se em uma visão restrita da agroecologia, limitando-a ao âmbito produtivo no meio rural. Esta se encontra amparada em conceitos dúbios, como o de desenvolvimento sustentável, e desassociada de velhas e novas questões, como a reforma agrária e o papel das práticas agroecológicas na adaptação das mudanças climáticas e da soberania alimentar.

Diante disso, é importante a participação da geografia como uma ciência que realiza leituras críticas da crise ambiental e de sua manipulação para a reestruturação do capital. Destacar as possíveis saídas que vêm sendo criadas, sem deixar de destacar suas contradições, é fundamental para se romper com os processos de colonialidade do saber e do poder, abrindo caminho para a construção necessária de outras territorialidades.

## Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ALMEIDA, Jacione. "A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado". In: *Ensaios FEE*. Porto Alegre, v. 24, n. 2, 2003. Disponível em http://agroeco.org/brasil/material/agrocobrasil-jalcione.pdf> Acesso em 20 out. 2012.

ALMEIDA, Sílvio. "Construção e desafios do campo agroecológico brasileiro." In: PETERSEN, P. (org). *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro.* Rio de Janeiro: AS-PTA, p. 67-84, 2009.

BRASIL. MDA. (Ministério do Desenvolvimento Agrário). Secretaria de Desenvolvimento Territorial*. Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável no Brasil*. 2005. Disponível em: <http://www.mda.gov.br>. Acesso em 20 dez. 2012.

_____. *Referências para o desenvolvimento territorial sustentável***.** Brasília: SDT/MDA, 2003.

BUTTEL, F. H. "Transiciones agroecológicas en el siglo XX: análisis preliminar**.**" *Agricultura y Sociedad*, n. 74, jan./mar, 1995.

CAPORAL, Francisco. "Lei de Ater**:** exclusão da agroecologia e outras armadilhas." In: *Cadernos de Agroecologia*, v. 6, n. 2, dez. 2011. Resumos do VII Congresso Brasileiro de Agroecologia. Fortaleza, 2011. Disponível em: <http://www.aba-agroecologia.org.br/ojs2/index.php/cad/article/view/11858/8174>. Acesso em 5 jan. 2012.

_____; COSTABEBER, José. "Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural". In: ETGES, V. E. (org.). *Desenvolvimento rural: potencialidades em questão*. Santa Cruz do Sul: EDUSC, p. 19-52, 2001.

_____; _____; PAULUS, Gervásio. *Agroecologia*: uma *ciência do campo da complexidade*. Brasília, 2009.

CONCEIÇÃO, Alexandrina. *A insustentabilidade do desenvolvimento sustentável*. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: Eisforia, v. 2, n. 2, p. 79-154, 2004.

CUNHA, Antonielle. *Território camponês na transição agroecológica em Vitória de Santo Antão-PE.* Dissertação de mestrado em geografia. Recife: Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, 217p, 2012.

CUSICANQUI, Silvia. "El potencial epistemológico y teórico de la historia oral: de la lógica instrumental a la descolonización

histórica". In: MARTÍNEZ et al. *Teoria crítica dos direitos humanos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 529 p, 2008.

DEMATTEIS, Giuseppe. "Sistema Local Territorial (Slot): um instrumento para representar, ler e transformar o território". In: ALVES, Adílson; CORRIJO, Beatriz; CANDIOTTO, Luciano (orgs.). *Desenvolvimento territorial e agroecologia.* São Paulo: Expressão Popular, 258p, p. 33-46, 2008.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade do saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

GERALDI, Juliano. "Análise conceitual da política de territórios rurais: o desenvolvimento territorial rural no Brasil". In: *Revista Planejamento e Políticas Públicas*, 39, p. 155-185, 2012.

GLIESSMAN, Stephen. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

GÓMEZ, Jorge. "Desenvolvimento em (des)construção: provocações e questões sobre desenvolvimento e geografia". In: FERNANDES, Bernardo; MARQUES, Marta; SUZUKI, Júlio (orgs.). *Geografia agrária: teoria e poder*. São Paulo: Expressão Popular, p. 39-54, 2007.

GROSFOGUEL, Ramón. "Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialismo global". In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 80, p. 115-147, março de 2008.

GUZMÁN, Casado; MOLINA, Manuel; GUZMÁN, Sevilla (orgs.). *Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible.* Madrid: Ediciones Mundi-Prensa, 2000.

GUZMÁN, Sevilla. "Origem, evolução e perspectivas do desenvolvimento sustentável". In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (orgs). *Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HENSEL, Julius. *Pães de pedra*. Tradução de Sebastião Pinheiro. Porto Alegre: Fundação Juquira Candiru, 2003.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. *A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

HOWARD, Albert. *Um testamento agrícola*. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2007.

KAUTSKY, Karl. "A agricultura moderna". In: SILVA, J. G.; STOLCKE, V. *A questão agrária: Weber, Engels, Lenin, Kautsky, Chayanov, Stalin*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LACOSTE, Yves. *A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra.* Tradução de Maria Cecília França. Campinas: Papirus, 1988.

LEFEBVRE, H. *Espaço e política.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

_____. *The production of space.* Cambridge: Basil Blackwell, 1991.

LISBOA, Josefa; CONCEIÇÃO, Alexandrina. "Desenvolvimento local como simulacro do envolvimento: o novo-velho sentido do desenvolvimento e sua funcionalidade para o sistema do capital". In: *Terra Livre: A geografia no tempo de novos conhecimentos*. ano 23, v. 2, n. 29, São Paulo, p. 115-132, ago-dez/2007.

MARCOS, Valéria. "(U)topias, velhos horizontes: reflexões atuais sobre a teoria e a prática do desenvolvimento local auto-sustentável". In: PREVE, A.; CORRÊA, G. (orgs.). *Ambientes da ecologia. Perspectivas em política e educação*. Santa Maria-RS: Editora UFSM, p. 99-119, 2007.

MARTINS, Paulo. *La descolonialidad de América Latina y la heterotopia de una comunidad de destino solidaria*. Buenos Aires: Ediciones Ciccus, 2012.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. *História das agriculturas do mundo – do neolítico à crise contemporânea***.** São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MIGNOLO, Walter. *Historias locales/diseños globales. Colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*. Madrid: Akal, 2003.

NICHOLLS, Clara I.; OSORIO, Leonardo; ALTIERI, Miguel A. *Agroecología y resiliencia sociecológica: adaptándose al cambio climático*. Colômbia: REDAGRES, 2013.

OLIVEIRA, Ariovaldo. "Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI". In: _____; MARQUES, Marta. *O campo no século XXI: território de vida, de luta e construção da justiça social*. São Paulo, Casa Amarela: Paz e Terra, 2004.

PETERSEN, Paulo; ALMEIDA, Sérgio. *Rincões transformadores: trajetória e desafios do movimento agroecológico brasileiro – uma perspectiva a partir da Rede PTA*. Versão provisória. Rio de Janeiro, 2004.

PORTO-GONÇALVES, Carlos. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. *O desafio ambiental*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

QUIJANO, Anibal. "Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina". In: LANDER, Edgar (org.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, F. "Geografia do homem (antropogeografia)". In: MORAES, Antônio Carlos Robert (org.). *Ratzel: geografia*. São Paulo: Ática, 1990.

SAHTOURIS, Elisabeth. *A dança da Terra – sistemas vivos em evolução: uma nova visão da biologia.* Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1998.

SOUZA, M. L. "O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento". In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

SANTOS, Boaventura. "Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes". In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 78, p. 3-46, 2007. Disponível em:

http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/147_Para%20alem%20do%20 pensamento%20abissal_RCCS78.pdf> Acesso em 27 jun. 2013.

SAQUET, Marcos. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SCHIMTT, Cláudia. "Transição agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira". In: SAUER, Sérgio; BALESTRO, M. *Agroecologia e os desafios da transição agroecológica.* São Paulo: Expressão Popular, p. 177-204, 2009.

SHIVA, Vandana. *Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*. São Paulo: Gaia, 2003.

_____. "O mundo no limite". In: GIDDENS, Anthony; WILL, Hutton (orgs.). *No limite da racionalidade.* Rio de Janeiro: Record, p. 163-186, 2004.

TOLEDO, Vitor. "Latinoamérica: crisis de civilización y ecología política". In: INE – SEMARNAP. *Gaceta Ecológica*, n. 38, México, p. 3-12, 1996. Disponível em http://www2.ine.gob.mx/publicaciones/consultaPublicacion.html?id_pub=159> Acesso em 23 set. 2012.

_____. "Agroecología, sustentabilidad y reforma agraria: la superioridad de la pequeña producción familiar". In: *Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*. Porto Alegre, v. 3, n. 2, abr./jun. 2002.

WEZEL, A.; BELLON, S.; DORÉ, T.; FRANCIS, C.; VALLOD, D.; DAVID, C. "Agroecology as a science, a movement or a practice. A review". In: *Agronomy for Sustainable Development*. 2009. Disponível em http://www.agroeco.org/socla /pdfs/wezel-agroecology.pdf> Acesso em 15 de maio de 2012.